

INVESTIGAÇÕES SOBRE O EXTENSIONISMO RURAL NO BRASIL (1948-1974)

Pedro Cassiano Farias de Oliveira¹

Trabalhar com o extensionismo rural no Brasil nas décadas de 1950-60 é retomar diversas discussões sobre Estado, sociedade civil, projetos de modernização capitalista, desenvolvimento econômico, político e social. Diferentes perspectivas surgiram nos estudos em geral para tentar dar conta desses questionamentos. Prisioneiros de matrizes do pensamento conservador e liberal, muitos trabalhos perdem a visão crítica e a dimensão da realidade abstraindo-a em conceitos rígidos e pouco historicizados. Congelar a realidade suprime o caráter conflitivo e relacional que há no processo histórico. Nos estudos sobre extensionismo, sobretudo no período delimitado. Sendo assim, as entidades patronais, os sindicatos oriundos dessas entidades e os intelectuais, organizadores de aparelhos privados de hegemonia na política brasileira, deixam de ser o centro do debate e passam a ser ignorados por tais estudos.

O objetivo desse trabalho é iniciar uma discussão tendo como epicentro do debate a articulação entre a sociedade civil e a sociedade política, além de tentar mapear algumas estratégias do patronato agroindustrial brasileiro para afirmar sua hegemonia no campo.

Essa tentativa de abrir a discussão sobre o extensionismo só é possível através da luz da matriz gramsciana de Estado, cuja autora – Christinne Buci-Glucksmann – acrescentou uma qualificação singular: “ampliado”, na qual há uma relação orgânica entre sociedade civil e sociedade política, ou Estado restrito. Nesse sentido, discutir o conceito, sobretudo o de sociedade civil, e suas implicações na construção na história do Brasil é fundamental.

Estado ampliado

Caracterizar o Estado como Sujeito, fruto de um pacto político entre sociedade e o Estado, é algo que Marx recusou. Esse tipo de interpretação está relacionada aos pensadores liberais, desde Hobbes, Locke e Rousseau. Todavia, sabemos que Marx, apesar de rejeitar esse conceito, não tornou a discussão do Estado como objeto central em sua obra, pois as transformações sociais e o sistema capitalista são as suas principais preocupações conceituais. Poderíamos dizer que Lênin foi um dos primeiros marxistas a se debruçar sobre o conceito de Estado – claro, sem esquecer do parceiro infalível de Marx, Friedrich Engels e sua obra *Origens da Família, da propriedade privada e do Estado*. O diferencial de Lênin está na importância que ele confere ao Estado no processo revolucionário, tanto num primeiro momento de derrubada do Estado burguês, quanto na elaboração da ditadura do proletariado, momento posterior a tomada do Estado e sua reordenação. (LENIN, 2007)

No contexto tumultuado da Itália nos anos 20, o marxista sardo refletiu intensamente que, por mais coerção que o regime fascista exercia, o consenso era absolutamente vivido e necessário para manter a hegemonia política do regime. Nesse sentido, o Estado para Gramsci é mais do que simplesmente monopólio legítimo da violência – conceito de Max Weber – mas sim uma relação social, baseada em coerção e consenso simultâneos. A sociedade política, ou o que ele chama de Estado restrito, possui uma relação recíproca com a sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia) na construção de hegemonia, que se alimenta da cultura e a política. (FONTES, 2005, p. 271-273)

Desde então, conceituar sociedade civil, seguindo Gramsci, não é fácil nem simples. Devido à sua obra estar em cadernos escritos no cárcere, existem uma intensa censura, bem como um desgaste físico e mental elevado. Alguns pensamentos foram apenas esboçados ou

¹ Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, UFF, bolsista da CAPES.

inevitavelmente não revisados. Todavia, é possível perceber que Gramsci, ao relativizar o conceito de Estado deslocando sua análise de ações manifestas para relação social, rompe com correntes políticas, sobretudo da ciência política italiana do período. (BIANCHI, 2011, p. 189-200) Como bom marxista, Gramsci enxergou na sociedade civil o lugar onde encontram-se aparelhos privados de hegemonia, organizados voluntariamente segundo interesses de classe para elaborá-los como “vontades coletivas”. A meta dessas correlações de forças de grupos dominantes para hegemonizar seus interesses, está nos aparelhos de Estado, ou na sociedade política universalizando seus interesses privados em políticas públicas.

Vale ressaltar que a preocupação de Gramsci não era estabelecer um conceito rígido de sociedade civil, pois, como bem lembra Bianchi:

[...] que cabe aqui ressaltar é que a sociedade civil, tanto em um sentido – conjunto de organismos privados responsáveis pela articulação do consenso – como no outro – lócus da atividade econômica –, mantém uma relação unidade-distinção com a sociedade política. (BIANCHI, 2008, p. 183)

Portanto, sociedade civil e sociedade política são categorias operadas por Gramsci para fins principalmente metodológicos (GRAMSCI, 2001, p. 47), sendo impossível dissociá-los no processo histórico. Nesse sentido, a trajetória da extensão rural no Brasil não foi uma política pública selecionada pelo próprio Estado restrito, de acordo com interesses inerentes a ele. No processo de constituição e desenvolvimento do extensionismo rural houve uma convergência de interesses entre as agências internacionais, tanto públicas – Departamento de Estado dos EUA – quanto privadas – Associação Internacional Americana (AIA) do Nelson Rockefeller – e de uma fração da classe dominante agroindustrial brasileira, fruto de uma escolha politicamente orientada em prol de um projeto político forjado nas frações de classe no Brasil.

Balanco bibliográfico/historiográfico

Em termos históricos, o governo Juscelino Kubistchek foi o período de aceleração da expansão capitalista no país, em virtude das novas relações capital-trabalho estabelecidas pela industrialização. Esse processo trouxe mudanças na correlação de forças no panorama político. Nesse sentido, não foi somente o espaço urbano que foi se modificando, mas o campo brasileiro passou a sofrer um processo de capitalização com intervenções institucionalizadas, na tentativa de aumentar a produção sem alterar a estrutura agrária vigente. Na agricultura, os acordos entre Rockefeller e o governo JK foram decisivos para o desenvolvimento do extensionismo e do crédito rural (COLBY&DENNETT, 1998).

Não é surpreendente que as primeiras experiências do extensionismo datem de 1948 e, com mais ou menos investimentos, continuem até os dias atuais. É impossível abranger todo esse recorte temporal na dissertação de mestrado, sabendo que, nesse período, há diversos contextos e mudanças ocorridas na extensão rural. Diversos autores, que estudam o extensionismo no Brasil, recortam essa trajetória de diferentes maneiras, de acordo com a metodologia escolhida.

O recorte baseado na cronologia da primeira instituição federal criada para coordenar o extensionismo. Assim, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) teve início em 1956 e foi extinta em 1974². Os conflitos internos à ABCAR ainda possuem lacunas, sobretudo nos anos de 1948 a 1959, dificultando montar todo o quebra-cabeça.

² Não há registro da lei de criação da ABCAR, somente há a data exata, 21 de junho de 1956. Contudo pelo Decreto nº 50.632 de maio de 1961 a ABCAR e suas filiadadas foram declaradas de utilidade pública. Pela Lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974 há a criação da EMBRATER e, conseqüentemente, a absorção da ABCAR e sua estrutura física pela nova empresa.

Nesse período, percebem-se ainda inúmeros acontecimentos na política brasileira que terão influências diretas e/ou indiretas na direção do extensionismo, como por exemplo os planos de desenvolvimento lançados pelos governos: Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek, o Plano Trienal lançado no governo Goulart, o Estatuto da Terra logo após o golpe militar de 1964 (DIAS, 1990).

Com relação à bibliografia sobre o extensionismo podemos dizer que ela ainda é produzida pelos próprios extensionistas centrando-se, basicamente, em duas áreas: a) economia/agronomia, nessa área fazem parte diversos extensionistas ou especialistas técnicos para falar sobre estudos de casos, métodos da extensão, seu funcionamento e estrutura interna (RODRIGUES, 1994; PEIXOTO, 2009; OLIVEIRA, 1997; CAPORAL, 1991); b) educação, com estudos sobre a metodologia de educação da extensão rural em diversas áreas, como atividade complementar, seus benefícios e malefícios (DIAS, 1990; LEME, 2005; PORTILHO, 1998). Há outras teses na Universidade Federal de Viçosa sobre a extensão rural e seus desdobramentos em perspectiva de estudo de casos, contudo até agora não foi possível localizar nenhum trabalho de algum historiador sobre o assunto.

Nos trabalhos já lidos, dois aspectos são comuns: avaliação positiva ou negativa do extensionismo no Brasil e utilização do conceito de Estado como agente histórico.

Cyro Mascarenhas Rodrigues, em sua tese de doutorado em Sociologia, defendida em 1994 na Universidade de Brasília, possui uma metodologia baseada na análise de políticas públicas pelas políticas públicas, enraizada no que Claus Offe chama de “seletividade do Estado na elaboração de políticas públicas” (OFFE, 1984, p. 140-177). Dessa forma, o autor traçou três grandes períodos da Extensão Rural no Brasil: humanismo assistencialista (1948-1962), difusionismo produtivista (1963-1984) e humanismo crítico (1985-1991). (RODRIGUES, 1994, p. 233)

Essas fases foram divididas de acordo com o perfil das práticas de extensionistas da ABCAR e, posteriormente, da EMBRATER, utilizando dados quantitativos, como quadro de pessoal, quantidade de famílias assistidas pela extensão, relatórios estatísticos de orçamentos produzidos pela ABCAR, entre outros.

Com efeito, sua análise produzirá argumentos ligados ao pensamento de Offe no qual o Estado coordenaria o extensionismo através de vontade própria, não no sentido de defensor dos interesses de classe, mas no sentido de preservar o sistema capitalista. Esse argumento levou-o à seguinte conclusão: o interesse principal de uma política pública implantada é o próprio Estado classista e o capitalismo enquanto sistema econômico.

Já Francisco Caporal, em sua premiada dissertação de mestrado, apresenta-se como crítico ferrenho à extensão rural pós-EMBRATER, sobretudo contra seu primeiro presidente que, em uma série de discursos, lançou alguns “desafios” ao extensionismo, promovendo uma espécie de reflexão das ações e da própria metodologia extensionista. Mesmo tendo a clara noção de que a extensão rural não é uma mera política pública, mas um aparelho de Estado a serviço dos projetos da classe dominante, Caporal não perdeu sua visão bucólica da extensão e do próprio extensionista, achando que é possível fazer um trabalho de extensão rural e fugir da “ideologia burguesa”. Ainda no início do seu trabalho vemos uma afirmação como esta:

O estudo do problema mostrou que, ao assumirem funções de aparelho de Estado, as organizações extensionistas passam a sofrer, imediatamente, as influências do poder relacional do Estado classista, fortemente determinado pelos interesses das classes dominantes-dirigentes. Por sua parte, as próprias organizações, motivadas para o cumprimento de suas funções e visando assegurar sua auto-justificação e manutenção, desenvolvem mecanismos internos, capazes de garantir, pela coerção ou pelo consenso, a reprodução da prática nos moldes historicamente instituídos. (CAPORAL, 1991, p. 4)

Todavia, Caporal vai contra sua própria argumentação crítica, não conseguindo se libertar do extensionista que ele é com o seguinte parágrafo final:

Finalmente, do conjunto das análises realizadas, parece ser possível afirmar que a superação dos obstáculos à mudança da prática da extensão rural dependerá não só dos espaços conquistados no interior do Estado e seus aparelhos, como principalmente, daquelas mudanças que possam vir a ocorrer com relação à ideologia e posição de classe que movem os extensionistas em seu que-fazer e dão direção aos interesses que defendem em seu trabalho diário. É, pois, necessário que mudem os homens e as mulheres que fazem extensão rural, para que possa mudar sua prática. (Idem)

Diferentemente dos demais, José Augusto Leme irá apresentar, em sua dissertação de mestrado, outros marcos de diferenciação do extensionismo, considerando como extensão rural as propostas educativas no Brasil desde o século XIX:

Pode-se dizer que a extensão rural, como dinâmica de transferência de conhecimento no meio rural, já existia no Brasil desde os colégios jesuítas que já possuíam conhecimentos para desenvolver uma ciência da terra. Porém, para nosso estudo possui maior significado a extensão rural organizada pelo setor público, que podemos encontrar na época do Império com o Instituto Agrônômico de Campinas (IAC) ou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. (LEME, 2005, p. 40)

Assim, diferentemente de Rodrigues, o período delimitado pelo autor teve início na primeira metade do século XIX até os anos 1950; a segunda fase compreenderia dos anos 1950-80 e, finalmente, a terceira fase que seria de 1980 até os anos 2000. José Leme enfatiza que, ao considerar o extensionismo uma relação entre técnico e agricultor, é necessário recuar no tempo, antes mesmo da tradicional origem do extensionismo, com os acordos entre norte-americanos e o governo de Minas. É interessante notar que o autor diferencia-se dos demais no conceito de extensão rural trabalhado em sua pesquisa construindo outros marcos referenciais para as fases do extensionismo. Contudo, ainda assim, esse autor não perdeu o foco de criar uma relação interna entre Estado e agricultor conferindo os limites institucionais do Império à criação da Acar-Minas como marcos referenciais para as mudanças nos períodos.

Por outro lado, Cleimon Dias foca seu trabalho na relação do extensionista dentro do programa de extensão rural. Através do conceito de *campo* de Bourdieu, Dias tece considerações sobre a teia de relações sociais das estratégias do extensionismo em Santa Catarina, revelando como os planos de desenvolvimento governamental influenciavam na política agrícola. O choque devido ao desmantelamento da EMBRATER, no ano de 1991, é um questionamento latente em todo o seu trabalho, que foi elaborado no mesmo ano. Assim, o extensionismo é relacionado a um “Estado autoritário” que na década de 80-90 entrou em crise.

Talvez um dos únicos trabalhos com uma perspectiva mais crítica em relação ao projeto de extensão rural seja o de Mauro Marcio Oliveira. Mesmo sendo extensionista, ele produz grandes críticas sobre a própria extensão rural e constantemente afirma o caráter classista e desigual do extensionismo, mostrando que, ao contrário do que a maioria defende, desde sua criação, a extensão rural não foi pensada para alcançar os pequenos agricultores desfavorecidos, mas foi confabulada por interesses pessoais de empresas internacionais, como a de Rockefeller e de grandes proprietários de terra em Minas, São Paulo e outras regiões do Brasil. O objetivo principal era as linhas de crédito e o desenvolvimento tecnológico do meio, beneficiando grandes produtores, inclusive os estadunidenses:

A AIA também negociara esquemas de colonização com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. A proposta original da AIA foi feita no mês da eleição de Kennedy, pedindo que os EUA emprestassem dez milhões de dólares ao Brasil para desenvolver a região Centro-Oeste, incluindo os estados de Goiás e Mato Grosso e a área onde Nelson [Rockefeller] tinha uma propriedade de 400 mil hectares. (COLBY&DENNETT, 1998, p. 481)

A extensão rural, portanto, era o intermediário entre as agências de crédito e o pequeno agricultor, direcionando as tecnologias no interior do Brasil:

Por outro lado, falece razão à visão crítica de entender que ‘a lógica do capital exigiu da Extensão’ que se comportasse como um instrumento da reprodução capitalista. Isso porque, ao pé da letra, e no contexto do referencial aqui observado, a extensão ‘r dada como ‘derrotada’ pelo capitalismo numa batalha que, de fato nunca aconteceu. No mundo ocidental, a extensão não existiu como *outsider* ao sistema político e econômico do capitalismo.[...] (OLIVEIRA, 1999, p. 131)

Nesse sentido, para Oliveira, o extensionismo está a serviço do capital desde sua criação cabendo ao extensionista o papel de intermediário nas relações entre pequeno proprietário e tecnologia/mercado. No desenvolvimento da minha pesquisa é possível confirmar essa intermediação da Extensão Rural no Brasil coordenada pela ABCAR. Ela esteve a serviço do desenvolvimento do capitalismo no campo e da sua consolidação, seja na confirmação da hegemonia da agroindústria, seja na tentativa de introduzir o pequeno produtor na economia de mercado, virando refém das regras e imposições que trazem essa relação.

Seja como for, a maioria dos estudos sobre extensionismo além de limitarem-se à análise da política pública, acabaram por reproduzir os conceitos e pressupostos veiculados pelas agências estatais de extensão rural. A exaltação do extensionismo como uma política pública positivada para as populações rurais carentes e o conceito de Estado sujeito a uma perspectiva teórica metodológica são os pressupostos comuns na maioria dos trabalhos. Acrescenta-se, ainda, que há uma total falta de politização das questões que propõem o extensionismo, justificada pelo discurso da “neutralidade técnica”. Essa ilusão não é pequena nem simples, mas está enraizada nos autores citados, mesmo que implicitamente pois mesmo tentando afirmar uma postura crítica, não conseguem se abster de certas ideologias da Extensão Rural de desenvolvimento da agricultura positivado. Além disso, há uma obscuridade em relação a questão do imperialismo existente na implantação do modelo extensionista no Brasil via articulações estadunidenses tanto da iniciativa pública (programa Ponto IV e depois Aliança para o Progresso) seja em iniciativas privadas como a de Nelson Rockefeller com a sua entidade filantrópica AIA.

É nesse momento que a definição teórica de Estado ampliado em Gramsci é essencial para deslocar o eixo de análise do Estado restrito em si mesmo, para uma articulação entre as agências estatais e as entidades das frações de classe do patronato agrário-industrial.

Pensando nos interesses em disputa na sociedade civil tornando hegemônicos certos projetos junto ao Estado restrito construindo consenso e universalizando seus interesses nas demais classes deslocamos o eixo da correlação de forças entre apenas instituições realizando suas vontades. Isso quer dizer que, os interesses ganham nomes e rostos, bem como as relações sociais e econômicas, que os ligam a interesses de classe ou fração de classe, algo que não ocorre quando pensamos no Estado possuindo vontades e interesses imanentes.

Esses representantes são considerados intelectuais orgânicos por Gramsci. Eles são organicamente formados no interior da classe, possuindo, portanto, um vínculo à determinada fração de classe na qual foram gerados. Podemos aqui associar o pensamento de Gramsci ao conceito de *habitus* de Bourdieu, pois o processo de (re)produção, que Gramsci atribui ao intelectual orgânico, possui muitas semelhanças com o condicionamento produzido na sociabilidade do indivíduo, que Bourdieu chamou de *habitus*. O sociólogo francês, em seus estudos, percebe a introjeção que ocorre no processo educativo na trajetória de vida dos sujeitos sociais, formando uma espécie de herança cultural expressa nas práticas, discursos e, muitas vezes, no próprio comportamento corporal. Esse processo, contudo, diferencia-se conforme a cultura e a classe em que o indivíduo é socializado. (BURAWOY, 2011)

Com efeito, Gramsci, mesmo enxergando a possibilidade da classe trabalhadora em produzir seus intelectuais orgânicos nos partidos – aqui não como partidos políticos, mas como organizações voluntárias da sociedade civil –, percebe que a função dos intelectuais da classe dominante será distinta das classes subalternas, como salienta Christinne Buci-Glucksmann:

Em outras palavras, a relação intelectual/classe revela-se diferente quando se trata da burguesia e do proletariado. No primeiro caso, os intelectuais desempenham um papel direto na *constituição* da classe. No segundo, eles desempenham um papel essencial, mas em um processo político mais amplo: o da *organização política de classe*, da dialética que une direção consciente e espontaneidade, própria ao partido como “intelectual coletivo. (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p.50)

Com efeito, na análise histórica do extensionismo identificar as redes de relação dos representantes institucionalizados no âmbito do Estado restrito é importante no processo de construção e de análise dos conflitos intra classe dominante.

Funcionamento e estrutura da ABCAR e suas filiadas

Antes mesmo de tecermos algumas considerações importantes sobre a relação entre a ABCAR e as entidades patronais é importante entendermos o funcionamento da ABCAR e suas filiadas concomitantemente com o processo histórico ocorrido nos anos 50-60 que, evidentemente, corroboraram para a trajetória dessas instituições. Essas considerações também são informações fundamentais para conceituarmos a ABCAR como instituição do Estado restrito, pois há algumas divergências da sua posição e papel na “sociedade”. Mas, o que diz a ABCAR sobre ela mesma?

Em algumas fontes produzidas pela própria ABCAR é possível extrair sua auto denominação proclamando-se uma “organização entidade da sociedade civil”. (OLINGER, 1996)

Isso, numa primeira análise, poderia entrar em contradição com a perspectiva teórica gramsciana sobre sociedade civil e uma caracterização da ABCAR do âmbito da sociedade civil, contudo se faz necessário não somente aceitar o discurso veiculado pela instituição como também em analisar as sua estrutura interna e suas ações.

Nesse sentido, vemos que a ABCAR, apesar de se dizer da “sociedade civil” possuía sua estrutura interna vinculada ao Ministério da Agricultura. Somando a esse fato, seus principais recursos, sobretudo a partir do decreto em 1961, foi de maioria provenientes do próprio Ministério da Agricultura. Assim, a ABCAR será tratada nesse trabalho como um aparelho de Estado nos moldes gramscianos.

Exercendo a dominação ampliada na agricultura brasileira

“Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe, e sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses”. (MARTINS, 1981, p. 22) Essa afirmação expressa o argumento principal de José de Souza Martins sobre os movimentos sociais no campo: apesar de historicamente não serem reconhecidos, são latentes e presentes em toda a história do Brasil. Com a Lei de Terras de 1850, a abolição da escravidão e o surgimento do PCB em 1922 – mais precisamente a direção do partido vinculado a Terceira Internacional chamada de BLOC (Bloco Operário Camponês) – conformaram uma nova dimensão política nos conflitos agrários, além de ampliar a perspectiva regionalizada dos conflitos para uma perspectiva nacional³.

³ Apesar de Martins utilizar a nomenclatura “camponês” esse termo não é por mim utilizado por não retratar politicamente a classificação dos trabalhadores rurais brasileiro com um conceito eminentemente europeu. No

O fim da escravidão transformou as condições de existência das populações livres, que viviam no campo, deslocando-os de uma perspectiva periférica, tendo em vista que o trabalho nas terras dos latifundiários era realizado por escravos, para uma posição central na estrutura agrária brasileira. Se antes o poder e a riqueza do latifundiário eram mensurados através da quantidade de escravos, agora será através da quantidade de terras acumuladas.

Nesse caso, vemos que o parâmetro do grau de poder será transferido do escravo para a terra criando a fórmula “quanto mais terra mais poder”. Esse período, não por acaso, irá ser concomitante ao surgimento da Primeira República (1889-1930) e, conseqüentemente, à mudança nos arranjos políticos estabelecidos com o novo regime político. Em contrapartida, Martins aponta que o Banditismo Social e o messianismo serão formas de resistência a essa nova reorganização do poder.

No período Vargas (1930-1945) houve uma reordenação de forças no Estado restrito ocorrendo um avanço da classe industrial em aparelhos do Estado. A construção da contra-hegemonia da burguesia industrial tomou força em comparação com a hegemonia da burguesia agrária, liderada pela fração de classe agroindustrial. Vargas, utilizou-se de um capital político fazendo inúmeros acordos e concessões ao setor industrial antes marginalizado no cenário político. Mauricio Margalho afirma que a entrada de intelectuais orgânicos do setor industrial brasileiro, como é o caso de Valemim Bouças,

Esse período, no entanto, ainda é um período de transição no qual a hegemonia do setor agrário-mercantil ainda estava de pé. O principal produto de exportação ainda era gêneros agrícolas, sobretudo o café, deixando o governo provisório limitado em negociar empréstimos estrangeiros e lidar com pressões internas das frações, sobretudo paulistas. A estratégia econômica era renegociar as dívidas externas, sobretudo aquelas contraídas pelos Estados e Municípios e refazer a balança de pagamentos dos juros e da economia do país. Em resumo, Vargas teve que prometer muito e contar com a credibilidade e possível potencial do desenvolvimento do país, via industrialização. Portanto, se num primeiro momento da República no Brasil os conflitos se caracterizavam pela violência, através do banditismo social e do messianismo, nos anos 1950-60, a disputa se deu pela via legal, conforme afirma José de Souza Martins. Ainda antes do golpe militar de 64, a forma de combate das Ligas Camponesas nos conflitos de expropriação de terra era através de advogados entrando com recursos no Poder Judiciário. Isso mostra o avanço das disputas legais no espaço jurídico como sendo a principal arena das lutas camponesas. Nessa mesma direção, após 1958, o Partido Comunista sua estratégia de apoio para a via jurídica através de sindicatos e organizações políticas. Não haverá mais o apoio às lutas armadas.

Assim, Martins destaca que após o golpe militar de 64, a sindicalização foi a única via possível de mobilização política, devido à repressão aos movimentos que eclodiram nos anos

Brasil, apesar de existirem focos de pequenos proprietários, a relação de trabalho na agricultura não será permeada pela posse da propriedade, mas por posseiros, arrendatários e sem terras. Portanto, camponês, campesinato, sociedades camponesas, são expressões corriqueiramente utilizadas pelos estudiosos da história e sociologia agrária no Brasil, mas que não dão conta de explicar a heterogeneidade das relações no campo. Outro motivo, bem mais prático, é a ausência do termo na documentação estudada, em virtude da negação dessa categoria política que era utilizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para mais informações ver: MENDONÇA, S. R. de. “Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões novas abordagens (1890-1930), In: **Histórias e Perspectivas**, nº 10, Uberlândia, 1994. , Delma Pessanha. “Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais”. In: NEVES, Delma Pessanha (org.) *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, vol. II. São Paulo, UNESP; Brasília, DF, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. SILVA, J. G.. **O que é questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1989. ABRAMOVAY. R.. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas, Unicamp, 1992.

60 considerados subversivos tanto quanto o governo de João Goulart. Os demais movimentos sociais no campo foram fortemente reprimidos com violência e não havia mais a possibilidade para qualquer expressão livre e democrática junto ao estado restrito.

Nos anos 30, com a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a sindicalização foi atendida, porém foi limitada apenas ao espaço urbano industrial. Somente com o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, criou-se os sindicatos rurais. Nesse período surgiu a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) que tentou aglutinar os diversos movimentos dos trabalhadores rurais realizando disputas por direitos, constituídos no Estatuto do Trabalhador Rural e, posteriormente, no Estatuto da Terra. Em contrapartida, em conformidade com as regras estabelecidas no próprio estatuto, foi criado o sindicato patronal, a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) que também teve direito ao imposto sindical e foi palco de diversas disputas entre as frações de classe dominante (RAMOS, 2011).

A tese de Carolina Ramos mostra que a CNA, criada em 1963, foi fruto de transmutações da Confederação Rural Brasileira (CRB) que possuía profundas raízes na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). A CRB, que foi criada em 1951, ainda não possuía o *status* de agremiação sindical e era vinculada ao Ministério da Agricultura e não ao Ministério do Trabalho, como os sindicatos. (Idem, p. 33) Essa entidade, que representava diversos setores da agroindústria brasileira, sofria fortes críticas por parte da entidade paulista rival da SNA, a Sociedade Rural Brasileira (SRB), por hegemonizar a representação oficial do setor agroindustrial sendo constantemente reafirmada como porta voz oficial. Nessa disputa, Ramos demonstra como foi difícil a homologação da CRB devido a inúmeros obstáculos colocados pela representação dos deputados da SRB no Congresso Nacional: (Idem, p. 36)

É possível perceber a legitimidade na representação sindical cada vez mais importante no contexto político dos anos 50. As entidades patronais estudadas por Carolina Ramos tinham sua tradicional representação dentro do Ministério da Agricultura, sobretudo a SNA, mas precisavam expandir os espaços institucionais no jogo político para consolidar a hegemonia no campo. Legitimar-se como “a fala oficial”, “verdadeiro conhecedor do campo brasileiro” era importantíssimo num contexto político em que o problema da produtividade levava a discussões sobre a reforma agrária. Era preciso não somente impedir em uníssono a reforma agrária como mostrar seu projeto de racionalização da produção agrícola no país.

O extensionismo faz parte dessa discussão, pois permitiu, segundo seus defensores, o aumento da produção via conjunto de práticas e princípios educacionais totalmente técnicos. Esse discurso buscava inviabilizar as tentativas de mudanças na estrutura agrária, provocando um consenso dentro do cenário político da agricultura, que, no período dos anos 1950-60, mesmo com o avanço do sindicalismo e das lutas dentro da lei, estava bastante crítica.

A investigação das ligações políticas existentes entre a ABCAR, as entidades e sindicatos patronais são mais sutis, justamente pelo discurso officioso de neutralidade técnica. Contudo, não se pode esconder nada o tempo todo, pois a mentira tem pernas curtas. Assim, é possível estabelecer alguns vínculos entre ABCAR e CNA, além da referida inserção e importância, como técnico, que tinha esse órgão dentro do próprio Ministério da Agricultura.

Em parte podemos reconstruir uma relação indireta da SNA na ABCAR via convergência de projetos de desenvolvimento para a agricultura, com aumento de produtividade através do consumo de tecnologias. (OLIVEIRA, 2011)

A investigação realizada nos documentos oficiais da ABCAR e também em algumas revistas especializadas em agricultura no período dá pistas de relações mais diretas entre a CNA e a ABCAR. Com efeito, pode-se inferir que essa relação era estabelecida tanto no incentivo através do Ministério da Agricultura – que repassava sessenta por cento dos

recursos que a ABCAR possuía⁴ – quanto na relação estreita entre a CNA e SNA no contexto do sindicalismo patronal no período. Isso será importante para entendermos as vinculações dos quadros políticos da ABCAR e da CNA.

Ao pensar o extensionismo como uma relação entre sociedade civil e sociedade política, não podemos desconsiderar as mudanças de diretoria, pelo contrário, podemos incorporá-las como importantes marcos referenciais. Assim, no período da ABCAR, a organização gerencial era formada por uma Junta Governativa, na qual o Presidente, João Napoleão de Andrade, seu vice-presidente, Edwaldo Saramago Pinheiro, e o secretário-executivo, Aloísio Monteiro Carneiro Campelo, mantiveram-se em quase todo o período de existência da instituição (ver quadro I).

Contudo, os diretores-executivos e a diretoria administrativa eram trocados de acordo com os interesses em jogo decididos pela Junta. A constituição da Junta Governativa demonstra os diferentes indícios de interesses em jogo, pois além do Presidente, Vice-Presidente e do Secretário-executivo, faziam parte da mesma, representantes do Ministério da Agricultura e da Educação, do Banco do Brasil, e todos os secretários-executivos dos serviços estaduais. Após o golpe militar em 1964 será acrescido à Junta da ABCAR um representante do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural – INDA e da CNA, entidade sindical patronal criada com a promulgação do Estatuto da Terra. (RAMOS, op. cit.)

Na trajetória do Extensionismo é possível também apontar a ligação entre a ABCAR e o principal sindicato patronal rural, a CNA. (Idem) Durante todo o período de existência da ABCAR não houve grandes mudanças na configuração da Diretoria – a saída de João Napoleão Andrade da presidência foi em decorrência de problemas de saúde – como mostra o quadro abaixo elaborado através do cruzamento da documentação da ABCAR e de alguns relatos dos ex-dirigentes:

QUADRO I: Dirigentes da ABCAR

	1956-1959	1959-1966	1966-1974	1974-1975
Presidente	João Napoleão Andrade	João Napoleão Andrade	João Napoleão Andrade	Ewaldo Saramago Pinheiro
Vice-Presidente	Ewaldo Saramago Pinheiro	Ewaldo Saramago Pinheiro	Ewaldo Saramago Pinheiro	
Secretário Executivo	Aloísio Monteiro C. Campelo	Aloísio Monteiro C. Campelo / Marcos Carvalho Pereira	Aloísio Monteiro C. Campelo	Orlando de Almeida Albuquerque
Diretor-executivo		José Irineu Cabral		

Fonte: documentos da ABCAR e da EMBRATER.

Essa diretoria correlacionava as direções da ABCAR com os planos de política agrícola, além de constantemente realizar reuniões para angariar recursos, tanto do governo, quanto de iniciativas privadas.

Apesar de ser um relato personalizado e teleológico, Glauco Olinger – ex-presidente da ASCAR e da EMBRATER – nos dá importantes informações sobre o funcionamento da ABCAR e das interlocuções políticas. Em algumas entrevistas, a amizade entre João Napoleão e o presidente Juscelino será muito importante para a extensão rural cair nas graças do governo de JK (OLINGER, 1996). Olinger revela ainda que a amizade de Aloísio Monteiro, secretário executivo da ABCAR com o Ministro da Agricultura era muito importante, pois:

⁴ No Decreto nº 50.622, de 18 de maio de 1961 a ABCAR e suas filiadas foram reconhecidas como instituições de utilidade pública. Essa categoria garantiu a maioria dos recursos da ABCAR.

O prestígio da ABCAR junto ao Ministério da Agricultura crescia, principalmente na pessoa do então ministro Cirne Lima. O secretário executivo da ABCAR, Aloísio Campelo, desfrutava de grande prestígio e o SIBRATER ou “SISTEMA ABCAR” ‘eram os olhos e os braços do governo no campo’, numa expressão do então ministro da Fazenda, Delfim Neto. (Idem, p. 90)

As decisões administrativas eram tomadas por uma Junta Governativa, cuja composição reforça os indícios dos interesses patronais em jogo. Afinal, além do Presidente, Vice-Presidente e do Secretário-executivo da ABCAR, faziam parte da referida Junta, representantes do Ministério da Agricultura e da Educação, do Banco do Brasil, bem como todos os secretários-executivos dos serviços estaduais. Após o golpe militar em 1964, foi acrescido à Junta Governativa um representante do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural – INDA e da própria CNA. (Idem)

Não podemos esquecer que João Napoleão Andrade e Ewaldo Saramago Pinheiro fizeram parte da diretoria técnica da própria CNA no período em que ainda eram da ABCAR. O quadro abaixo mostra a trajetória política dos dirigentes da ABCAR no período de sua existência:

QUADRO II - Biografia dos Dirigentes da ABCAR

Nome:	Biografia
João Napoleão de Andrade	Mineiro, fazendeiro. Primeiro presidente da ACAR de Minas Gerais de 1951 a 1971 e presidente da ABCAR de 1956 a 1973, saindo do cargo em virtude de saúde. Diretor do BNCC e primeiro diretor-geral do Serviço Social Rural. Coordenador do crédito agrícola junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Diretor técnico da CNA de 1964 a 1966. Durante 17 anos foi Diretor Superintendente da Sociedade Industrial Rodelvim Andrade. Amigo pessoal de Juscelino Kubitschek. Diretor da carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil no período de 1966 a 1969. Ganhador da medalha do Mérito Agrícola em 1963 concedida pela SNA.
Ewaldo Saramago Pinheiro	Fluminense, pecuarista, advogado e professor, vice-presidente da ABCAR e presidente da ACAR-RJ, membro da Junta Governativa da respectiva entidade, além de ser suplente. De 1964-1966 foi Presidente, Federação Fluminense das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris e Diretor vogal da CNA de 1977 a 1982 além de ser suplente da diretoria de 1967-1970; 1976-1982. Foi também membro fundador da União Democrática Nacional (UDN) no Rio de Janeiro, vice-presidente da UDN no mesmo estado, deputado estadual pela UDN e pela ARENA e deputado federal do Rio de Janeiro pelo PDS em 1983.
Aloísio Monteiro Carneiro Campelo	Secretário do Ministro da Agricultura em 1946. Chefe do Departamento Administrativo da ABCAR no período de 1958 a 1966, nesse mesmo ano foi nomeado secretário executivo da ABCAR onde permaneceu até 1973. Recebeu a medalha do Mérito “Ministro Fernando Costa” em 1978.
José Irineu Cabral	Pernambucano, bacharel em Direito, Economista, pecuarista; diretor do Serviço de Informação Agrícola (SIA) do Ministério da Agricultura (1950-54); Diretor-executivo da ABCAR (1959); diretor do Escritório Técnico de Agricultura Brasil - Estados Unidos (ETA) em 1961-62; diretor-executivo do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Acida), em Washington, DC, da USACBD, FAO, OEA, Cepal-IICA (1964-1965); Consultor em Missões do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); sócio e dirigente da ABCZ (Associação Brasileira de Gado Zebu) A única referência encontrada de José Irineu Cabral e a SNA, foi sua condecoração com a “Medalha Mérito Fernando Costa”, publicada na revista da instituição <i>A Lavoura</i> de nov./dez. de 1973.

A atuação da Junta, apesar de ser centralizada, respeitava os interesses dos estados. A escolha dos secretários-executivos das ACAR’s, em cada estado, passava pelo crivo dos governadores, para então a escolha definitiva (Idem, p. 81). Assim, mesmo proclamando na documentação que a ABCAR era uma instituição sem fins lucrativos e essencialmente técnica, ela não foge as disputas de interesse dentro do jogo político e dos interesses patronais no período de sua existência.

Considerações Finais

O caminho da investigação histórica do extensionismo no Brasil está longe de ser suficientemente percorrido. O acesso aos documentos, a metodologia de pesquisa aplicada para o cruzamento de fontes escolhidas, tornam a caminhada cada vez mais complexa e interessante. As perguntas não param de surgir e o desenvolvimento da pesquisa vai abrindo cada vez mais novas possibilidades de interpretação. Os indícios incompletos deixados pelo passado são obstáculos a serem vencidos?

Essa pergunta ainda não possui resposta e possa ser que não nunca possua. Mas, podemos perceber que a extensão rural no Brasil não foi apenas uma mera política pública de cunho técnico nem simplesmente uma política aplicada por vontade do Estado, ela é parte de um projeto político de classe que, nos anos 50, estava pensando no desenvolvimento e como modernizar o país. Os desdobramentos do extensionismo ao longo das décadas de 60 e 70 demonstram sua adaptação/reação às disputas das frações da classe agroindustrial no Ministério da Agricultura aliado aos diferentes conflitos políticos do Brasil.

O brilhantismo do marxista sardo Antonio Gramsci esteve sempre em conferir a análise histórica uma importante chave de interpretação das relações de poder e política, sobretudo em seus estudos sobre a sociedade italiana. A ciência política gramsciana não está datada ou ultrapassada uma vez que sua concepção de Estado abrange uma contra-hegemonia na própria ciência política que confere ao Estado uma entidade personalizada e autônoma, ou nas teorias menos engajadas, semi-autônomas. Por isso, Gramsci não só irá romper com o conceito de Estado liberal democrático, como também com os próprios marxistas que pensam no Estado como “comitê” da burguesia. As transformações do Estado capitalista são contempladas na perspectiva gramsciana e se tornam indispensáveis para pensarmos no Estado brasileiro.

A teoria gramsciana permite enxergarmos os conflitos entre e intra classe ocorridos no processo histórico. Como afirma Virgínia Fontes:

Se, no primeiro âmbito, a percepção do Estado como “coisa que se torna sujeito” leva a apagar a existência das classes, nesse segundo âmbito a diluição do Estado apela para os conflitos imediatos, mas desaparece, num passe de mágica, a existência das classes sociais, assim como o seu papel no processo histórico. (FONTES, op. cit., p. 280)

De qualquer forma, o distanciamento do meu projeto de pesquisa para os atuais caminhos alcançados por ela e, sumariamente descritos nesse texto, demonstram como no próprio desenvolvimento da pesquisa ocorre diversas trajetórias e novas investigações que tomam forma, ou não, mas que acima de tudo contribuem para novos entendimentos e reflexões, sobretudo para a História do Brasil contemporâneo. Através dos documentos e do que conseguimos extrair deles construímos interpretações críticas a partir de fundamentos teóricos que são essenciais para o processo de elaboração da ciência. Parece redundância enfatizar a perspectiva crítica nos trabalhos históricos, mas atualmente não é. A leitura das fontes não pode ser conduzida a reprodução de conceitos e discursos presentes dentro da lógica dos documentos confundindo o historiador com a história.

A reflexão da extensão rural historicamente e mapeando o relacionamento entre sociedade civil e sociedade política é enxergar o processo de dominação estabelecido pelo consenso através do extensionismo. Se simplesmente reproduzirmos o discurso da ABCAR, podemos cair da redundância de afirmá-la, como muitos de seus dirigentes afirmavam serem autônomos e distantes da política. A ideologia extensionista está intimamente ligada aos projetos hegemônicos de dominação das frações de classe dominante da agroindústria no período. A SNA, dentro do Ministério da Agricultura exercia grande influência, cujo projeto englobava incorporar o pequeno agricultor na modernização da agricultura. Para tal, a extensão rural será fundamental na medida em que não só permitia a disseminação de tecnologia tanto para os pequenos quanto para os grandes, através de seus especialistas técnicos, quanto direcionavam o crédito rural.

BIBLIOGRAFIA

- ABCAR. **I Reunião do Pessoal de Chefia Administrativa do Sistema ABCAR**, de 10 a 19 de agosto, Rio de Janeiro, ABCAR, 1959.
- ABCAR. **II Reunião do Pessoal de Chefia Administrativa do Sistema ABCAR**, de 25 a 29 de setembro, Rio de Janeiro, ABCAR, 1962.
- ABCAR. **Crédito Rural Supervisionado no Brasil: reunião de trabalhos de técnicos da ABCAR e suas filiadas**. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1960.
- ABCAR. **Plano de Atividades, 1968**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1967.
- ABCAR. **Plano de Atividades, programação 1971**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1970.
- ABCAR. **Plano de Atividades, programação 1974**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1973.
- ABCAR. **Plano Diretor Quinquênio 1961-1965**. Rio de Janeiro, 1960.
- ABCAR. **Proposta orçamentária para 1974**. Brasília, ABCAR, 1974
- EMBRATER. **Trinta anos de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil 1948/1978**. Brasília, Embrater, 1978.
- BIANCHI, A.. “Gramsci e a Ciência política italiana” in: SEMERARO, G. Oliveira, M. M., SILVA, P. T., LEITÃO, S. N.. **Gramsci e os movimentos populares**, Niterói: EdUFF, 2011.
- _____. **Laboratório de Gramsci**. São Paulo, Alameda, 2008.
- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, Vozes, 2003.
- BURAWOY, M.. “Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu”. **O marxismo encontra Bourdieu**. São Paulo, Unicamp, 2011.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- CABRAL, José Irineu. **O Sol da manhã**. Brasília, UNESCO, 2005.
- CHALOUB, Sidney. “Introdução: Zadig e a história”. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Cia das Letras, 1990.
- COLBY, G. e DENNETT, C.. **Seja feita a vossa vontade**. Rio de Janeiro, Record, 1998.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro, EPSJV, UFRJ, 2010
- _____. “Estado e Hegemonia no Brasil: alguns comentários sobre dificuldades conceituais”. In: MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado e historiografia no Brasil**. Niterói, UFF, 2005, p. 271-273.
- GRAMSCI, A.. **Cadernos do cárcere**, vol. I, II e III. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2000.
- _____. **Escritos políticos**, vol. II. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2004.
- LARA, S. H.. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v.15, n.28, dez.2008
- LEPRE, A. **O prisioneiro, a vida de Antonio Gramsci**. São Paulo, Record, 2001.
- LIMA FILHO, O.. **Política Brasileira 1945-1990 – uma visão nacionalista**. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- LOPES, R. S.. **Evolução Conceitual da Extensão Rural no Brasil**, Minas Gerais, EMATER, s.d.
- MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis/Vozes, 1981.
- MARX, K.. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: **Coleção os pensadores**, Ed. Abril Cultural, Rio de Janeiro, 1974.
- MENDONÇA, S. R.. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**, STEDILE, João Pedro (org.). São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- _____. “A dupla dicotomia do Ensino Agrícola no Brasil”. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 1, 2006.

- _____. **Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)**. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2007.
- _____. **Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)**. Niterói, UFF, 2011.
- _____. **O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.
- OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis, EPAGRI, 1996.
- OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**, Petrópolis, Vozes, s. d.
- OLIVEIRA, M. M.. “As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil”. In: **Cadernos de ciência e tecnologia**, Brasília, v. 16, n.2, maio/ago. 1999.
- PATRICK, G. F. **A ABCAR como instrumento da política de desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro, IPEA, 1970.
- PEXOTO, M.. **Extensão rural – uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, Centro de estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008.
- RAMOS, C.. **Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. Tese, Niterói, 2011
- RODRIGUES, C. M.. **Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil**. Tese de Doutorado, Brasília, UnB, 1994.